

Minha trajetória dedicada à História, uma “ciência do real”

René E. Gertz

Retomo, neste capítulo, alguns elementos de meu livro mais recente *A trajetória de um professor-colono* (GERTZ, 2020), no qual registro episódios de minha vida intelectual-profissional. Mas isto será feito numa perspectiva diferente da do livro, de forma que não se trata de um simples resumo.

Infelizmente, não posso passar direto para falar de minha ação como historiador. Devo iniciar fazendo referência – resumida e extremamente simplificada – a alguns pressupostos subjacentes à minha forma de pensar e de agir, que, certamente, afetaram meu modo de lidar com os temas históricos a que me dediquei. Para muitos leitores, estes pressupostos parecerão banais, óbvios. Às vezes, porém, é necessário insistir no óbvio. Trata-se de seis elementos – não significa que eu próprio não tenha consciência de outros, e que deva haver aqueles dos quais eu mesmo não me tenha dado conta.

1) Como indica o título de meu livro, minhas origens são “colonas”, isto é, provenho de família de pequenos proprietários rurais (12,5 hectares de terra), criado no último recanto noroeste do Rio Grande do Sul. Esta origem é responsável por características que estão “grudadas” em mim. Sem antecipar exemplos, o leitor encontrará, neste texto, elementos que classificará como “típicos de colono”. Nada fiz para apagar estes vestígios, e, sobretudo num passado mais recente, aposentado, não tenho motivos para autocensurar-me, não dizer, abertamente, quem sou e como penso.

Karl Marx falava da “idiotia da vida rural”, e gente de minha idade sabe que, até as décadas de 1970/80, ser chamado de “colono” tinha o mesmo significado que ser apontado como “grosso”, “bronco”, enfim “idiota”. Movimentos sociais empenhados em valorizar a “agricultura familiar”, contra o “agronegócio” e outras formas de produção rural em larga escala, contribuíram [78] para melhorar a imagem dos “colonos”, no Brasil. O antropólogo Sérgio Teixeira (1988) publicou um livro chamado *O recado das festas*, em que mostrou que, na época, eram promovidos eventos que tentavam valorizar os colonos. Mas a vida deles continua não sendo fácil – em muitos sentidos.

Uma das características de uma mente colona é a de ser conservadora, mesmo quando entusiasta da modernidade, isto é, da transformação *racional* do mundo para melhor. Cito o exemplo de um campo no qual não sou especialista, mas que clareia aquilo

que quero dizer. Muita gente deve classificar-me não só como conservador, mas até como reacionário, quando discordo de ecologistas destemperados que sobem em cinamomos velhos para evitar sua derrubada. Como colono, sem conhecimento de gabinete sobre botânica, sei que o ciclo vital desta árvore é de cerca de 30 anos; que depois desta idade ela se torna um perigo para a vida humana, pois uma de suas características é apresentar casca aparentemente saudável, quando seu cerne, seu interior pode estar totalmente deteriorado, resultando em possível queda, que pode atingir e matar seres humanos.

Como colono, também sei que catar lenha num capão leva ao seu crescimento. A retirada de uma árvore velha abre uma clareira na qual costumam brotar várias novas. O problema não está em “mexer” numa área coberta por vegetação, o problema está em eliminá-la por completo. Por este motivo, não tenho qualquer simpatia por ecologistas que praticam a dendrolatria, idolatria de árvores, sem enxergar a floresta como um todo.

Além disso – ao contrário de lutas absurdas de ecologistas “teóricos” –, um colono como eu faz longas caminhadas pela cidade de Porto Alegre com preocupação bem *prática*, perguntando onde estarão os citados, pois enxerga milhares de aberturas nas calçadas que poderiam abrigar uma árvore, mas estão sem ela; vejo árvores plantadas, que se desprenderam da estaca a que estavam amarradas, e, assim, acabam não vingando, sem que os militantes estejam denunciando o fato, muito menos tomando alguma providência concreta; constato que secretários do meio-ambiente mandam plantar árvores de novembro a março – que, fatalmente, não “pegarão” –, sem que os ecologistas tomem qualquer atitude; [79] encontro centenas de árvores jovens machucadas pelo pessoal da limpeza urbana, cujos “cortadores de grama” simplesmente “passam a máquina”, sem qualquer cuidado –, mas não enxergo qualquer protesto ou outra ação dos ecologistas “teóricos” contra a situação. Onde estarão, nestas circunstâncias, para enfrentar os problemas *práticos* – que, para um colono conservador, são óbvios?

2) A relação entre “teoria” e “prática” é tematizada em meu livro memorialístico, quando destaco nunca ter tido grande interesse pelo estudo de “ideologias”, preferindo “condutas de vida”, “mentalidades”, “espírito”. Na história política, mostrei casos em que posicionamentos “ideológicos” “esquerdistas” de governantes não constituíram garantia de que se verificasse a distribuição do maior bem possível, da forma mais equitativa possível dos recursos existentes. Mas que, pelo contrário, unidades políticas administradas por políticos classificados como, e até autodeclarados, conservadores, “de direita”, podem apresentar índices melhores, nesta direção (GERTZ, 2010).

3) Considero que a História (como outras ciências sociais) é uma *Wirklichkeitswissenschaft*, uma “ciência do real”. Deste pressuposto, deriva a inconformidade com historiadores que negam a possibilidade de reconstituir o passado, no sentido de que sobre ele existiriam apenas versões subjetivas. Para mim, continua valendo o princípio de Leopold von Ranke de que o historiador deve *tentar* reconstituir “aquilo que realmente aconteceu”. Não sou ingênuo a ponto de não saber que este ideal é impossível, em termos absolutos – pois as fontes sobre o passado são limitadas, e não se consegue refazer o “todo” histórico. Mas existe uma possibilidade que considero muito importante – baseada em Karl Popper e Reinhart Koselleck –, a “refutação”, quando há fontes que “vetam”, de maneira clara, “representações” sobre o passado.

Devo enfatizar que não sou contra o estudo de “representações” sobre o passado e seu transcurso. Até posso apresentar uma contribuição neste campo – traduzi *O conceito de História* de Reinhart Koselleck et al. (2013). Tenho destacado também a importância da “cultura historiográfica” (DIEHL, 2002), pois “visões” sobre fatos passados podem consolidar-se como “verdades históricas”, em amplos setores da sociedade, virando “realidade histórica” – neste [80] sentido, sem falar no clássico papel da “ética protestante” para o capitalismo moderno, não há dúvida de que o Holocausto tem a ver com secular “cultura historiográfica” antissemita. Mas entre certo tipo de “visão” sobre a História, certo senso comum, e a “realidade história” também pode existir uma distância enorme.

4) Ao contrário de manifestações em sentido inverso, nunca considere que a tradição iluminista-ocidental fosse o pior dos mundos possíveis. Esta tradição legou conquistas de que não podemos abrir mão: o universalismo, a maior liberdade possível, o direito ao desdobramento da individualidade (com limitações racionais), garantias para minorias. Mesmo havendo bibliografia extensa de crítica àquilo que Max Weber classificou como processo de “racionalização” – sob outra perspectiva: de “desencantamento do mundo” –, com consequências claramente danosas, estou convicto de que este próprio processo abriga elementos que possibilitam o enfrentamento e a correção de “irracionalidades” que ele efetivamente contém e gera.

Devo adicionar algumas observações em defesa da valorização do “universal” contra o “particular”, do “geral” contra o “acidental”.¹ Mesmo correndo o risco de um apedrejamento – ao menos “virtual” –, tenho restrições à Lei Maria da Penha, pelo

¹ Enfatizem-se, por exemplo, os Direitos Humanos *Universais*.

simples fato de que é inegável que existe “violência doméstica” praticada por mulheres contra homens. Não interessa que estes casos perfaçam apenas 2% do total. No mesmo sentido, estou totalmente inconformado quando nossa Justiça Eleitoral gasta dinheiro público para campanhas de incentivo à participação política feminina – se tivesse vivido em 1933, teria estado nas barricadas para garantir a legislação permitindo às mulheres votarem e serem votadas. Mas existindo direito *universal* ao voto e à possibilidade de eleger-se, cabe a elas fazer uso – ou não – deste direito. Elas podem financiar com recursos privados campanhas para aumentar a presença feminina – dinheiro público deve ser melhor empregado em setores que afetam toda a sociedade, em especial minorias negativamente privilegiadas (que não é o caso do *conjunto* das mulheres!). Perguntei, muitas [81] vezes, que aconteceria se o Ministério do Trabalho desencadeasse uma campanha publicitária conclamando ao aumento da presença de mulheres entre estivadores?

As mulheres, obviamente, não constituem uma “minorias”, mas preocupa-me uma tendência atual na qual “minorias” tentam impor seus interesses – e comportamentos – à “maioria”, a toda sociedade. Para não deixar qualquer dúvida: um dos mais importantes aspectos positivos da tradição iluminista-ocidental é justamente aquele que confere garantias a minorias contra maiorias (as garantias individuais da nossa Constituição, por exemplo, foram instituídas como tábua de salvação, mesmo contra a vontade esmagadora da “maioria”, seja ela racional ou bestificada). Mas isso não significa que “minorias” possam querer transformar em *universal* aquilo que é *específico* delas.

Diante do perigo representado pelo “politicamente correto”, inventei, muitos anos atrás, um exemplo através do qual tento clarear o sentido desta afirmação. Citei este exemplo em sala de aula, sem ter sido vítima de protestos nem ter sido processado, motivo pelo qual registro-o, aqui, por escrito. Como “iluminista-racional-ocidental”, defenderei “até a morte” o direito de alguém em confessar-se à religião dos adoradores de fogo. Mas se esta religião exigir de seus fiéis um ato cúltico doméstico diário, com o acendimento de uma fogueira com, no mínimo, um metro cúbico de cerne de guajuvira ou de angico, e isto acontecer no apartamento que fica abaixo do meu, não terei dúvida alguma em acionar exército, marinha, aeronáutica, com metralhadoras, para acabar com a insensatez. Minorias deste tipo, para exercerem seus direitos, precisam morar em lugares que lhes permitam praticar seu culto, sem colocar em risco o bem-estar da “maioria”.²

² Tenho plena consciência de que o tema dos direitos das “minorias” é complexo, em especial o das religiosas. Algumas igrejas cristãs ocidentais oferecem um gole de vinho a adolescentes, em ato cúltico.

5) Minha posição condescendente para com a tradição racional-iluminista-ocidental leva-me àquela que talvez seja a observação mais polêmica, entre estas preliminares. Trata-se da [82] “identidade brasileira”. Sem entrar em detalhes, lembre-se que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado após a Independência com a função de definir uma identidade para o novo país (GUIMARÃES, 1988). Em termos bibliográficos, cito apenas poucos marcos críticos, como Dante Moreira Leite (1969), com o “caráter nacional brasileiro”, e Carlos Guilherme Mota (1977), com a “ideologia da cultura brasileira”. Dentro desta preocupação, ocorreram tentativas de pensar uma identidade totalmente “diferente” para o Brasil. Não há espaço para referências historiográficas tradicionais. Mas, num passado mais recente, há vertentes que levaram a uma retomada de propostas deste gênero.

Para tentar esclarecer de que estou falando, vou citar um exemplo que tem a ver com o tema de minhas pesquisas. Trata-se da manifestação de um antropólogo que trabalha na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Eduardo Viveiros de Castro, cuja obra não conheço, mas ele é apresentado, na matéria em pauta, como “o mais reconhecido e discutido antropólogo do Brasil”. Em entrevista concedida em 2014, declarou: “o Brasil está perdendo a oportunidade de se constituir como um novo modelo de civilização propriamente tropical, com uma nova relação entre as raças, que fosse efetivamente multinacional”. Quem estragou tudo teria sido D. Pedro II, ao imaginar que “o Brasil só teria saída mediante o branqueamento da população”, trazendo “milhões de imigrantes alemães, italianos, mais tarde japoneses”. Esta política teria sido desastrosa para o país, “porque estamos falando de colonos alemães que vieram do campesinato reacionário, bávaro, pomerano, e dos camponeses italianos, que eram entusiastas do nazismo e do fascismo na II Guerra. Continuam sendo”.³

Sem espaço para aprofundar a questão, cabe ressaltar minha convicção de que, para o bem ou para o mal, este país se estruturou e se consolidou num padrão racional-iluminista-ocidental – com as consequências decorrentes –, e que constitui utopia no pior sentido da palavra querer reverter isso. Não significa que [83] não se deva verbalizar e estudar a história daquilo que “realmente aconteceu” no Brasil e no restante do continente americano, com a dizimação das populações originárias e de suas culturas, por exemplo

Este fato é simétrico ao de outras comunidades religiosas que oferecem substâncias alucinógenas a crianças?

³ <https://www.publico.pt/2014/03/16/mundo/entrevista/a-escravidao-venceu-no-brasil-nunca-foi-abolida-1628151> (acessado em 21/12/2020).

– muito pelo contrário. Mas querer reverter a “roda da História”, para tentar restaurar – por assim dizer – uma situação edflica destruída pelo colonialismo europeu está destinada ao fracasso, por definição. Uma pretensão destas guarda, dentro de si, perigosos elementos messiânicos, que – como qualquer messianismo – podem levar a resultados catastróficos. Mesmo não tendo elaborado trabalhos nesta direção, voltarei ao assunto.

6) Um último elemento preliminar a que devo fazer referência é o de que, realisticamente, sou mais hobbesiano que rousseuniano. Não que negue de todo a existência de bondade dentro do ser humano, de possibilidade de convivência harmônica, mas não há como ignorar os fortíssimos elementos conflitivos presentes em qualquer sociedade, mesmo nas assim chamadas “primitivas”. A luta pela sobrevivência e seus efeitos dissociantes podem ser constatados não só na sociedade, mas na própria natureza.

Quando minhas filhas eram pequenas, tive dificuldades em lidar com documentários sobre a natureza, na televisão. Gosto muito desses documentários, só que me estressavam muito cenas em que é mostrada uma mãe leoa com seus belíssimos filhotes, e a informação de que estão famintos. A seguir, aparece um close sobre um belíssimo veadinho, pouco depois uma cena em que a mãe leoa o detecta, e começa a correr; no final, vem a cena da família leoa banquetando o bambi. No caso da natureza vegetal, ecologistas “teóricos” culpam a maldade humana como responsável por supostas ou efetivas “irracionalidades”, “desequilíbrios”. Mas neste caso dos leões e dos veadinhos, não há como responsabilizar a maldade humana. O único caminho que resta é o de culpar o próprio Deus-Pai-Criador por ter feito os leões carnívoros.

Constatar o caráter hobbesiano da realidade humana não significa declará-lo o melhor dos mundos – trata-se apenas de registrar um *fato*, para tentar encontrar as melhores formas para lidar com ele, assim como ele é. E isto nos leva à necessidade de valorizar elementos como: nossa ordem democrática-racional-iluminista-ocidental, que procura regradar e, com isso, ao menos amenizar [84] os conflitos; as garantias das “minorias” contra “maiorias”; a importância da ciência – “boa vontade” totalmente desvinculada da “realidade”, por si só, não ajuda; o recurso à “ética da responsabilidade”, em detrimento da “ética de convicção”, sobretudo no governo da sociedade, às vezes, é inevitável.

*

Enumeradas algumas premissas subjacentes à minha atividade de historiador, passo para a “prática”. No meu currículo, aparecem três temas de pesquisa. Invertendo a

ordem de importância daquilo que produzi, meus escritos sobre e minhas traduções de textos de historiadores alemães representam muito pouco como contribuição para a historiografia. Sim, ajudei a divulgar a Ciência Histórica alemã contemporânea, no Brasil, mas não fui inovador. Foi mais trabalho braçal que “campo de batalha” intelectual.

Posso reivindicar espaço pouco maior em relação ao segundo tema de minhas pesquisas, sobre história política do Rio Grande do Sul, de 1930 a 1945. Ainda que meu livro sobre *O Estado Novo no Rio Grande do Sul* (GERTZ, 2005) só apresente teses novas e observações “críticas” em medida muito limitada, tratando-se antes de um simples “manual”, no qual aproveitei conteúdos pesquisados por orientanda(o)s e por mim mesmo, produzi alguns textos mais “engajados”, sobre este tema. Aqui, minha intervenção se voltou, sobretudo, contra um fenômeno historiográfico que não só tenta “compreender”, mas até justificar a ditadura varguista de 1937 a 1945, sim, a exaltá-la como momento inovador, portanto, louvável. É verdade que este regime não foi igual àquele que, provavelmente, teria sido implantado a partir de uma vitória dos integralistas, no entanto, não há como negar que foi uma ditadura sanguinária. Como escrevi em outro lugar, o argumento de que não há como negar que parte da população apoiou Vargas e que ele começou a implementar leis sociais se aplica, de forma simétrica, a Adolf Hitler.⁴

[85] Mas é em relação ao terceiro tema que não cultivo falsa modéstia em reclamar o mérito de ter trilhado caminhos inovadores e “combativos”, a história político-cultural do processo de imigração e colonização com alemães no Rio Grande do Sul.⁵ Este tema é polêmico por si só, além disso, dediquei-me a tópicos especialmente sensíveis, e isto me trouxe problemas, situações até desagradáveis. Às vezes, me senti como um cientista trabalhando com um objeto nojento. Imaginei-me na pele de um engenheiro que lida com esgoto. Esta analogia se deve ao fato de que trabalhei com material que a sociedade considera repugnante, do qual, de preferência, não se deveria falar – e se falar, deveria ser sempre em sentido enfaticamente condenatório, sem qualquer *aparente* concessão. Mas – da mesma forma que o trabalho de um engenheiro que lida com esgoto é de suma importância para o bem-estar da sociedade – sempre considerei que meu “sacrifício” pessoal deveria ser suportado, tendo em vista benefícios para o conjunto da sociedade.

⁴ Produzi alguns outros textos referentes ao Estado Novo que envolvem o principal objeto de minhas pesquisas, imigração e colonização alemãs: GERTZ, 2017; GERTZ, 2018.

⁵ Cronologicamente, minhas pesquisas e meus trabalhos tratam do período que vai de, aproximadamente, 1890 até a atualidade. Geograficamente falando, também produzi alguns estudos sobre Santa Catarina. Apesar de ter orientado alunos e de possuir publicações sobre outras “etnias”, não há dúvida de que a avassaladora maioria se reporta aos “alemães”.

Para evitar mal-entendidos, devo destacar que a sociedade e o próprio engenheiro consideram seu objeto nojento, mas ele realiza seu trabalho na convicção de que faz um bem para a coletividade. Uma eventual diferença é que eu, em algumas oportunidades, tive de destacar que há evidências de que meu objeto (nazismo, “neonazismo”, integralismo) não teve as dimensões que parte significativa da sociedade e, inclusive, historiadores e historiadoras imaginam. Isto teve como consequência desconfianças de que eu estaria mancomunado com ele, com o próprio demônio que eu deveria combater, a ponto de ser rejeitado como tão inaceitável quanto meu objeto de estudo. Não estou exagerando. Uma aluna minha assistiu a uma cena em que um mestre em História (hoje doutor) me classificou como “hiper besta reacionária neonazista”.

Claro, também tive momentos de apreciação benevolente. Por isso, antes de alguns relatos menos edificantes, tomo a liberdade [86] de contar uma história que me emocionou. Dentro do espectro de minhas pesquisas sobre a realidade político-cultural da imigração alemã, “descobri” operários e “movimentos operários” “alemães” aqui no Rio Grande do Sul, com destaque para o anarquista Friedrich Kniestedt, cujas memórias traduzi do alemão para o português, e publiquei (GERTZ, 1989; KNIESTEDT, 2013).

Enquanto trabalhava neste material, vi que um dos mais chegados a Kniestedt foi Ernst Kolbe. Ele, inclusive, era referido como a pessoa que teria encontrado Kniestedt morto, em sua casa, em 1947. Pela amizade, imaginei que Kolbe poderia ter guardado os livros e o arquivo do morto. Investi tempo para localizar pistas sobre ele, mas em vão. Certo dia, lembrei-me de consultar o guia de telefones de Porto Alegre, e constatei que havia três sobrenomes Kolbe. Fiz ligação telefônica ao primeiro da lista, uma moça atendeu e informou que o pai era piloto da VARIG, não estava em casa, mas voltaria dentro de alguns dias. O próprio disse-me que tio Ernst era um sujeito de quem a família não se orgulhava, que não sabia se deixou algum material quando morreu. Mas poderia descobrir o endereço de sua companheira, ainda viva. Quando encontrasse o endereço, me informaria. Lamentei o desfecho, pois normalmente promessas deste tipo ficam sem resposta. Contra minha expectativa, no dia seguinte me forneceu o endereço.

Procurei o lugar. Era uma casinha simples, de madeira, no tradicional bairro operário Navegantes, em Porto Alegre. Bati palmas, uma senhora relativamente idosa abriu a porta, e confirmou que era a pessoa que eu procurava. Morava na casa de uma filha. Após rápida explanação sobre o motivo de minha visita, convidou-me a entrar. Era verão, e sentamos na varanda. Passei a falar sobre minhas pesquisas, sobre aquilo que tinha encontrado, sobre os nomes que constavam no material pesquisado. Enquanto eu

falava, a senhora entrou num choro quase convulsivo. Eu não sabia que fazer, parei de falar, tentei acalmá-la. Quando recuperou a serenidade, disse que conhecia todos aqueles que eu havia citado. Ela própria nunca fora militante, mas essas pessoas costumavam reunir-se em sua casa, com muita frequência. O motivo da emoção era o fato de que nunca poderia imaginar que um dia alguém viesse a interessar-se por aqueles indivíduos simples. Infelizmente, [87] não sabia que fim tinha levado o material de seu companheiro. Quando minhas pesquisas sobre operários resultaram em publicações, reuni várias delas, e as levei para aquela senhora. O encontro com ela resultou, sem dúvida, na situação em que me senti mais “útil” como historiador.

Relatado este episódio não só simpático, mas até emocionante, passo a apresentar casos em que minhas pesquisas renderam desconfiança, até antipatia, outros que me obrigaram a “entrar em ação”, para enfrentar a insensatez absoluta do senso comum.

Em 1987, foi publicada minha tese de doutorado, *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo* (GERTZ, 1987). O dono da editora, Roque Jacoby, criou uma série cujo volume inicial foi meu livro – tinha feito sucesso com o selo “RS”, e como meu livro trata do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, criaria um vínculo com o estado vizinho, uma possível expansão de mercado, para lá, motivo pelo qual levou o “carimbo” “SC 1”. Em meu recente livro de memórias, relato o fracasso absoluto de vendas, chegando a ser “queimado” a R\$ 1,00 (um real), em sucessivas edições da Feira do Livro de Porto Alegre.

Não há explicação sólida sobre aquilo que aconteceu, não fiz (e a editora não deve ter feito) levantamento demoscópico sobre razões do total desinteresse pela publicação. Em geral, referências ao nazismo despertam curiosidade, ao menos na imprensa. Só que neste caso desconheço, até hoje, *qualquer* referência jornalística nos dois estados em questão – recebi algumas resenhas publicadas na imprensa de outros estados, mas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul não tomei conhecimento de uma única.

Tenho uma explicação *plausível* para o fato. No livro, mostro que efetivamente existiram cerca de 500 nazistas de carteirinha em cada um dos dois estados do sul do Brasil; apresento manifestações favoráveis de “germanistas” locais ao regime nazista, motivo pelo qual podem não ter gostado daquilo que escrevi. Mas, inversamente, digo que é difícil encontrar indícios de atentados concretos contra o Brasil praticados por filiados ao partido nazista; que não há evidências de que tenham tramado a anexação do sul do Brasil ao Terceiro *Reich*; que manifestações de alemães e descendentes elogiosas ao nazismo devem ser relativizadas, pois [88] há abundantes manifestações iguais feitas

por integrantes dos mais altos escalões do governo federal e dos governos estaduais deste país. Quanto ao integralismo, mostro – de maneira convincente – que não se conhecem documentos que mostrem sua dependência material em relação ao nazismo, que há explicações muito lógicas e consistentes de política local e regional para sua expansão, também nas regiões de colonização alemã (e italiana).

Considerando que, em sentido contrário a estas conclusões, um noticioso tão importante para a formação da opinião pública brasileira quanto o *Jornal da Band*, em reportagem transmitida, em quatro etapas, de 6 a 9 de junho de 2018, afirmou que os nazistas “pintaram e bordaram” em São Francisco do Sul, Santa Catarina, construíram estradas, linhas de trem e uma base naval para introduzir armas (provavelmente para os “alemães” do vale do Itajaí atacarem o Brasil – ainda que isto não seja dito, de forma expressa); considerando que este devaneio foi endossado por uma professora-jurista da Universidade de São Paulo, pode-se imaginar que meu livro tenha sido visto como produto óbvio de um nazista, financiado com sobras da “Operação Odessa”.⁶

Escrevi em outro lugar que para denunciar o nazismo e seus congêneres através de deboche, caricaturização, referências popularescamente superficiais não precisamos de historiadores. Artistas, beletristas, jornalistas fazem isso de forma muito melhor que nós. A nós compete estudá-lo da forma mais objetiva e profunda possível, como ele realmente foi, para tentar detectar suas raízes, suas causas e formas de ação e de expansão etc., a fim de chegar a maneiras efetivas de combatê-lo. Infelizmente, há casos em que, pelo contrário, sedizentes historiadores consideram que quaisquer indícios, por mais frágeis que sejam, bastam para grandes conclusões sobre o tema – a boa intenção de denunciar justifica tudo. Por ser de opinião diferente, enfrentei casos em que tive de agir em sentido que resultou no desgosto, na inimizade de colegas. Apresento dois exemplos.

[89] Fui convidado para uma banca de qualificação de doutorado. O doutorando encontrava-se, portanto, a meio caminho para a conclusão da tese. O tema era a ação nazista no Rio Grande do Sul, que ele anunciou em tons lúgubres. Sua documentação inédita eram 6 páginas datilografadas de um interrogatório feito pelo subchefe de polícia do Rio Grande do Sul, durante o Estado Novo, Plínio Brasil Milano, com supostos ou efetivos espiões nazistas presos. Esta foi *toda* a documentação nova que o doutorando apresentou. Constatei que na bibliografia era citada apenas cerca de metade daquilo que

⁶ A “Operação Odessa” foi uma suposta ou efetiva ação organizada para viabilizar a fuga de nazistas da Alemanha, ao final da guerra. Existe extensa bibliografia a respeito; cito aqui apenas um artigo de autor brasileiro: MEINERZ, 2014.

é básico sobre o assunto. Perguntado, confirmou que não houve erro ou esquecimento na listagem, que tudo aquilo que ele havia lido constava no arrolamento.

Para uma avaliação definitiva do problema diante do qual me encontrava, devo dizer que um dos supostos ou efetivos espiões nazistas se chamava Curt Meyer-Clason. Perguntei que o doutorando sabia sobre ele. A resposta foi um sonoro “nada” além daquilo que está no documento policial. Fato é que Meyer-Clason, após cumprir vários anos de prisão no Brasil, voltou à Alemanha, e lá se tornou um prolífico tradutor de autores de língua portuguesa e espanhola para o alemão, com destaque para João Guimarães Rosa.

Como ele havia morrido em 2012, bastava colocar seu nome numa máquina de buscas da internet para descobrir dezenas (talvez centenas) de links sobre ele, em português. Se é verdade que a maioria se refira a sua condição de tradutor, também há entrevistas e reportagens sobre sua vida pessoal, incluindo referências às acusações de ter sido espião nazista. O doutorando não tinha tomado conhecimento de nada disto.⁷ Não havia como aprovar aquele aluno, ainda que estivesse imbuído da mais sincera intenção de denunciar a atuação nazista no Rio Grande do Sul. O resultado foi a perda da bolsa (de agência governamental, portanto de dinheiro público). Sem ter recebido informações posteriores, não é difícil imaginar que comentários a meu respeito poderão ter circulado.

[90] O segundo caso. Participei de uma banca de qualificação, e, mais adiante, da defesa definitiva de uma tese de doutorado sobre um aspecto do integralismo em Santa Catarina. Na primeira ocasião, recebi a informação de que o doutorando estava fazendo o curso sem bolsa, trabalhando. Como consequência, mostrei-me cuidadoso nas críticas, tentando sugerir, de forma diplomática, onde e como conviria melhorar e redirecionar o estudo. Diante da aparente receptividade às minhas considerações, apenas registrei dois fatos “curiosos”: durante a sessão, ele disse que seu sobrenome, aparentemente de origem alemã, seria, de fato, de origem holandesa; além disso, o tema “integralismo” sugere proximidade ou até equivalência a nazismo, contexto no qual afirmou que a “colônia alemã”, no sul do Brasil, está totalmente nazificada, até hoje. Perguntei sobre a base desta afirmação, e ele respondeu exatamente o seguinte: que até 20 anos atrás viveu em Carazinho, no Rio Grande do Sul, e que lá havia uma senhora de 93 anos que falava alemão. Repito: a resposta de um doutorando de um curso de pós-graduação em História de uma universidade que em alguns rankings é apresentada como a melhor do Brasil

⁷ Na época, ainda não havia sido publicado o livro do jornalista Rafael Guimarães (2019).

considerou que o fato de uma pessoa de 93 anos falar alemão constitui prova provada de que toda a população que – como ela – possui sobrenome alemão é nazista.

Manifestei estranheza por esta resposta, mas tinha esperança de que tudo isto derivava das condições precárias de trabalho, até então, que o texto final da tese seria aceitável. De fato, alguns aspectos criticados na qualificação foram melhorados. Mesmo assim, no dia da defesa definitiva, registrou-se um fato curioso e um problema. O fato curioso ficou por conta da afirmação – durante a exposição – de que seu pai se considera “alemão” (quando, no dia da qualificação, havia dito que seu sobrenome é de origem holandesa). Perguntei se o pai é reservista (no sentido militar). Respondeu afirmativo. Interroguei: “da *Bundeswehr*?”, isto é, do exército alemão? Disse que não, que é reservista do exército brasileiro. Disse-lhe que, neste caso, seu pai não deveria ser, nem considerar-se, *cidadão* alemão, que sua autoclassificação como “alemão” deveria ter outro sentido.

Um problema que o texto final apresentava estava na parte que trata da relação entre integralismo e nazismo. O autor explicou [91] que há duas correntes historiográficas a respeito, uma que destaca a relação estreita entre ambos, na prática a ausência de diferenças; outra que aponta para diferenças, sobretudo para a impossibilidade de explicar, de forma satisfatória, o primeiro pelo segundo. O autor informou que optara pela primeira corrente, porque sua orientadora é adepta dela, e depoimentos de integralistas publicados por Héliog Trindade (2016) apontam na mesma direção. Citou quatro historiadores que defendem posição divergente, resumindo seus argumentos em nove linhas, duas para cada um. Considerando que a orientadora não estudou as relações entre nazismo e integralismo, mas sim entre fascismo italiano e integralismo, e que uma regra de ouro para um historiador é a de desconfiar sempre de declarações de atores históricos, decidi que era possível aprovar a tese, mas não com nota máxima, pois é problemático que, num trabalho deste tipo, os argumentos de autores divergentes tenham sido liquidados em duas linhas. Na hora de atribuir os graus, fui o único que não deu nota máxima. Devo ter sido amaldiçoado também nesta ocasião.

Num processo praticamente natural, me vi envolvido pela “história do tempo presente”. Desde 2003, havia notícias sobre uma banda chamada Zurzir, na região metropolitana de Porto Alegre, que difundia músicas que exaltavam Hitler. No dia 8 de maio de 2005 – dia em que se lembrava o final da Segunda Guerra Mundial, na Europa – , três rapazes que usavam quipá foram fisicamente atacados em Porto Alegre, um deles quase foi morto. Estávamos diante do “neonazismo”.

Pessoas com influência sobre a opinião pública tinham uma explicação pronta para o aparecimento deste mal, no Brasil. Na edição n. 252, de 31 de março de 2008, da revista *IHU-UNISINOS*, ninguém menos que o incensado presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Jair Krischke, respondeu da seguinte forma à pergunta “o crescimento da violência, como a atuação de grupos neonazistas como os skinheads, estaria ligada à colonização alemã?” – “O relatório do governo norte-americano a respeito da situação das vítimas no mundo destaca esse episódio. No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e parte do Paraná, temos uma situação bem particular. Trata-se de [92] uma região de forte colonização alemã e que, em termos ideológicos, ficou parada no tempo. Ainda hoje, atuam inspirados na Alemanha nazista e apoiam o projeto de Hitler”.

Neste contexto, não podia deixar de ocupar-me com o tema “neonazismo”, não só por uma questão de consciência, mas também pelo fato de que havia uma demanda – quem tinha conhecimentos sobre nazismo no Brasil obviamente também deveria tê-los sobre seu suposto ou efetivo reaparecimento. Na mesma época em que Krischke fez a declaração, tive acesso a uma dissertação de mestrado sobre “neonazismo”, defendida em 2007, na Universidade de Campinas. Neste trabalho acadêmico da área de Antropologia, sua autora, Adriana Abreu Magalhães Dias (2007), afirmou que metade dos “neonazistas” no Brasil se concentrava em Santa Catarina, ficando o Rio Grande do Sul em segundo lugar. A explicação também ia na direção da de Krischke: “um estudo antropológico ... aponta nestas instituições sociais (escolas, imprensa, hospitais e outros) e seu vínculo com a preservação do idioma alemão como um elemento importante para permitir a estabilização do nazismo em Santa Catarina, na década de 30” (p. 107), e, claro, a dedução lógica sobre a suposta existência atual maciça de “neonazismo”.

Em duas passagens da dissertação, a autora afirma que havia 90.000 “neonazistas” no Brasil (p. 35 e 106). Algum tempo depois (29 de novembro de 2007), concedeu entrevista ao *IHU-UNISINOS* afirmando que eram 150.000. Em matéria com data de 22 de novembro de 2019, portanto, 12 anos depois, ao mesmo Instituto Humanitas, da UNISINOS, ela afirmou “observo um crescimento muito grande *desde que comecei a estudar o assunto*”, mas disse que, agora, são 5.000, em todo o Brasil, a maioria em São Paulo, ficando Santa Catarina em segundo lugar.⁸ Este número é 18 vezes *menor* que o da dissertação, de 2007. Os entrevistadores do *IHU/UNISINOS* não se deram conta da

⁸ <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594557-e-preciso-soar-alar-me-sobre-a-expansao-do-neonazismo-no-brasil-entrevista-com-a-antropologa-adriana-dias> (acessado em 27/7/2021).

contradição flagrante. Isto sugere que, no afã cristão de denunciar os “alemães” [93] “neonazistas”, a preocupação com a precisão científica dos dados foi jogada pela janela.

Em 2008, escrevi resenha crítica à dissertação, abordando o aspecto específico da derivação do “neonazismo” da população de origem alemã. Antes de publicá-la, decidi enviá-la à autora. Como não tivesse seu endereço, mandei e-mail para sua orientadora, com pedido de repasse. Isto aconteceu na metade de determinada manhã. À noite, recebi, em minha residência, um telefonema de Adriana Dias, quando fui obrigado a ouvir os maiores impropérios dirigidos a minha pessoa, em toda a minha vida. Até hoje, não foi esclarecido como ela obteve o número de meu telefone – minha acusação de que ela recorreu a “serviços de informação” nunca foi contestada, muito menos desmentida.⁹

Minhas pesquisas sobre “neonazismo” no Rio Grande do Sul apontavam para dificuldades em vinculá-lo à “colônia alemã”. Em primeiro lugar, não havia notícias sobre ele vindas do interior do estado, todos os episódios tinham ocorrido na região metropolitana de Porto Alegre; além disso, os sobrenomes alemães estavam sub representados, e sempre acompanhados de sobrenome de outra origem nacional, indicando que se tratava de filho(a)s de casamentos interétnicos, portanto de urbanos “assimilados”. Mas em 2009, aconteceu um assassinato entre “neonazistas”, durante reunião no Paraná. Poucos dias depois, o acusado do crime foi preso em Teutônia, no Rio Grande do Sul, onde morava há 18 meses. Referências à existência de maldades inatas nos “alemães” inundaram a imprensa.¹⁰ Infelizmente, não provieram apenas de [94] um senso comum mais rasteiro. A deputada federal gaúcha Maria do Rosário Nunes requereu uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados – a CEXNEONA –, para investigar o caso.

Esta comissão fez sua primeira reunião pública em Porto Alegre, a 13 de julho de 2009. A transcrição das falas evidencia o fel destilado contra “alemães” e “italianos”, no lamentável ato – algumas das pessoas que falaram, sempre que aparecia um dos poucos

⁹ Detalhes sobre meu embate com Adriana Abreu Magalhães Dias podem ser vistos em GERTZ, 2012, p. 37-70.

¹⁰ “Neonazismo”, invariavelmente, recebe destaque na imprensa. Só que qualquer opinião divergente é, sistematicamente, eliminada. Não registrei o número exato, mas certamente já concedi 20 entrevistas sobre o tema. Em apenas *dois* casos, reportagens publicadas fizeram referência a meu nome e a minha opinião. Em todas as demais, fui, solenemente, ignorado. Num passado recente, tematizei a inutilidade de dar entrevistas com um jornalista que me consultou. Ele “jurou” que referiria, de forma expressa, minha posição, no texto que escreveria. Diante desta promessa, caprichei nas respostas, em 10 páginas densas de conteúdo. Como 40 dias depois do prazo previsto para a publicação não havia recebido retorno, consultei-o sobre o caso. Respondeu que fez detalhada referência a minhas afirmações, mas que o diretor do órgão de divulgação para o qual entregou a matéria simplesmente não lhe havia dado nenhum retorno. Passados vários meses, também esta entrevista, na qual elaborei os melhores argumentos, evaporou-se.

sobrenomes alemães, o soletravam, como a indicar que não havia dúvida sobre a origem do indivíduo. Como não conseguisse encontrar resultados da atuação desta comissão, encerrada no início de 2011, requeri relatório ao presidente da Câmara dos Deputados. Em carta por ele assinada, fui informado de que não existe relatório. Diante da descarada malversação de dinheiro público, escrevi carta à então procuradora-chefe do MPF-RS, sugerindo a recuperação deste dinheiro, como vinha sendo feito pela Operação Lava-Jato, mas não tive resposta nem há indícios de que algo tenha sido feito, neste sentido.¹¹

Em agosto de 2010, pouco mais de ano após a prisão em Teutônia, placas de sinalização de trânsito e paradas de ônibus, ao longo de uma rodovia que atravessa o município, amanheceram pichadas com suásticas e dizeres racistas. Restabeleceu-se a alaúza em torno das maldades inatas nos “alemães”. O delegado de polícia local e o delegado Paulo César Jardim – então já nacionalmente festejado como mais destacado conhecedor, monitorador e repressor do “neonazismo” – vieram a público para insistir que não havia “neonazistas” em Teutônia, que as pichações eram produto de um único agente, que, provavelmente, veio de outro lugar, um provocador.

Mesmo assim, as notícias de imprensa – sem tentativa de confirmação prévia – levaram o procurador da República em [95] Lajeado a desencadear uma “desneonazificação” em todo o vale do rio Taquari, sob o argumento de que populações originárias de “colonização germânica” possuem uma “tendência” ao “neonazismo”. Por falta de espaço, não há como aprofundar uma análise das opiniões e das atitudes do procurador – em nota de rodapé, abaixo, indico textos com detalhes sobre o caso. Concentro-me, aqui, no papel de uma técnica pericial em Antropologia do MPF-RS, doutora na disciplina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e, nesta condição, colega cientista social.

O procurador solicitou-lhe parecer sobre o caso. O texto por ela assinado, em papel timbrado do MPF-RS, apresenta aspectos que não podem ser classificados com adjetivo mais brando que “estranhador”. Destaco dois deles: a) sem apresentar *qualquer* sinal de que tivesse conhecimento sobre a realidade em Teutônia, escreveu que “é de suma importância não nos descuidarmos da dimensão de prevenção que a situação exige, e de modo a não focar unicamente *na dimensão individual dos comportamentos desviantes*, e que fragilizou *o conjunto da sociedade*”; ou seja, a doutora-antropóloga manifestou sua convicção de que não adiantaria atentar apenas para suposto(s) ou efetivo(s)

¹¹ Detalhes deste episódio podem ser vistos em GERTZ, 2012, p. 77-97; GERTZ, 2020, p. 197-199; e em meu site pessoal: <https://www.renegertz.com/noticias/9-notas/65-banze> (acessado em 31/12/2020).

“neonazista(s)” específicos, pois o “conjunto da sociedade” estaria “fragilizado”, isto é, em Teutônia ninguém se salva, todos estão afetado por esta maldade – tudo isto sem arrolar *qualquer* argumento; b) a doutora-antropóloga também imagina esta população como um bando infantilizado: “Especificamente, e com vistas a um tratamento das implicações negativas que vem afetando o convívio social da localidade municipal em questão, estamos visualizando encaminhamentos no sentido de buscar *protegê-lo* [e] ao mesmo tempo *favorecê-lo* a partir de um planejamento de trabalho para os vários espaços sociais da cidade, em particular as instituições de ensino escolar”. Nesta linha, “será necessário que no município citado acima as diferentes secretarias, escolas, museus e outras instituições responsáveis, enviem projetos educativos e culturais às instituições competentes ao tema da diversidade sociocultural e direitos humanos (instituições estaduais e federais que diretamente fomentam tais atividades), de modo a prever que sejam realizadas na municipalidade campanhas de promoção cultural, mostras de filmes etnográficos, documentários, exposições, [96] ciclos de debate, seminários, produção de material didático, entre outros, e que possam esclarecer *ao conjunto dos concidadãos de Teutônia* o valor da convivência social entre diferentes grupos sociais, sobre formas adequadas e benéficas de promoção do bem comum mediante ao [sic] uso intercultural das redes eletrônicas”. A citação não deixa dúvidas, a doutora-antropóloga imagina que o “conjunto da população” de Teutônia está infantilmente animalizada, e ela, cientista social, doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela UFRGS, veio propor uma forma maternal de “protegê-la”, numa tentativa benevolente de catapultá-la da barbárie para a civilização.

Não há como exagerar a gravidade da situação. Felizmente, se vivia em situação de normalidade interna no país, e em termos internacionais não havia nenhum contencioso com a Alemanha. Imagine-se se estivéssemos vivendo uma situação simétrica à do final da década de 1930 e início da de 1940! Em minha modesta opinião, o procurador, em vez de entrar ele próprio em ação para “desneonazificar” a população da região, deveria ter encaminhado o caso ao poder judiciário, pedindo providências. Um juiz, com uma “cabeça” igual ou semelhante à do procurador, respaldado por um “laudo” igual de uma perita com título de doutora concedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela UFRGS, poderia ter determinado a interdição de toda a população de Teutônia (25.000 pessoas), talvez de todo o vale do Taquari (350.000 habitantes). Imagine-se os custos para os cofres públicos para construir um imenso campo de concentração, a fim de internar, reeducar, “desneonazificar” toda esta gente animalizada. Por tudo isso, minha

entrada em ação derivou não só de uma convicção ética, mas também da necessidade de defender os interesses da Nação brasileira, da qual sou cidadão.

Se, talvez, seja exagerado classificar aquilo que aconteceu ali como barbárie, não há dúvida de que estávamos caminhando nesta direção. E eu, como historiador, como cientista social, com consciência clara da insensatez em estado terminal ali praticada, poderia calar-me? Minha batalha só foi encerrada em 2016, quando, finalmente, o MPF-RS se dignou a responder ao meu reiterado questionamento formal, através de carta impressa, [97] se havia provas (ou ao menos indícios) de que a população de origem alemã (italiana e polonesa), deste estado, era responsável pela existência de “neonazismo” por aqui. A resposta veio nos seguintes termos: “não se tem ciência de indícios ou provas de que os responsáveis por eventuais manifestações ou atos de racismo, nazismo e 'neonazismo' ocorridos no Rio Grande do Sul até a presente data [22/11/2016] são necessariamente descendentes de alemães, italianos ou poloneses deste estado”.¹²

A indisposição de integrantes do MPF-RS com minha pessoa ficou evidente. Posso imaginar posicionamento equivalente por parte de outras pessoas, inclusive de colegas. Afinal, a indisposição contra minha ação deriva, ao menos em parte, do fato de que eu estaria minimizando o perigo nazista ou “neonazista”, e, além disso, estaria patrocinando a defesa, até apaixonada, de uma “minorias” vista como positivamente privilegiada, os tais dos “alemães”, enquanto um historiador só deveria dedicar-se a “minorias” negativamente privilegiadas.

Discordo, por, no mínimo, três razões: a) que seria da ciência histórica se todos os historiadores e todas as historiadoras se dedicassem unicamente aos negativamente privilegiados?; b) historiadores sérios, entretanto, descobriram que, por maior que seja sua preocupação com o proletariado e outros grupos marginalizados da sociedade, não basta concentrar os estudos exclusivamente neles, é preciso estudar também a burguesia, as classes médias, a burocracia estatal e privada; c) como parto de princípios fundamentais da tradição iluminista-ocidental, considero que os direitos humanos sempre foram proclamados como *universais*, de forma que eles incluem não só eventuais negativamente privilegiados, mas também os abominados “alemães” (isto sem considerar o fato de que muitos deles são negativamente privilegiados).

Encerro estas considerações, fazendo referência a um caso que tem a ver com este último aspecto, com o fato de que vivemos num país de tradição racionalista-ocidental,

¹² GERTZ, 2012, p. 106-125; GERTZ, 2020, p. 199-215.

com seus derivados, no caso, o universalismo na aplicação das leis. Poderia ter sido [98] um dos protagonistas deste episódio, se, na época, tivesse tido suficiente consciência de, mas também confiança nesta realidade. Anos atrás, fui procurado pelo advogado de uma família que teve um integrante preso e torturado, durante o Estado Novo, motivo pelo qual se suicidou. A família acionaria o Estado brasileiro, por indenização. O advogado consultou-me sobre a possibilidade de redigir um apanhado histórico das perseguições que alemães, italianos, japoneses, e descendentes, haviam sofrido naquele período, para anexá-lo ao processo. Como havia decorrido mais de meio século, mas, sobretudo, pensando no fato de que em momento algum instâncias estatais brasileiras reconheceram, oficialmente, que autoridades deste país foram responsáveis por atos do tipo citado, não aceitei o convite, mesmo diante da oferta de remuneração razoável.

Em 2016, fui convidado para uma banca de dissertação de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – entretanto publicada em livro (MAYER, 2017) – que trata exatamente deste processo e de seu desfecho. Apesar de não ter sido bem-sucedida na primeira instância do judiciário, a família teve ganho de causa na segunda instância, o mesmo aconteceu no Superior Tribunal de Justiça, e a sentença acabou definitivamente sacramentada pelo Supremo Tribunal Federal, com a condenação do Estado brasileiro a pagar indenização. Segundo juristas, a sentença criou jurisprudência para situações iguais ou simétricas. Interessam-me, aqui, alguns trechos dela: “Danos morais. Imprescritibilidade. Tortura, *racismo* e outros vilipêndios à dignidade da pessoa humana. (...). Além da tortura, ocorreu *racismo*, crime que a própria Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, XLII, considera imprescritível. A Lei n. 7.716/89, com a redação dada pela Lei n. 9.459/97 (art. 20), tipifica o crime de racismo como ‘induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, etnia, religião ou procedência nacional’”.

Tendo lido em redes sociais que integrantes de determinados grupos da sociedade brasileira não teriam direito de reivindicar a condição de vítimas de racismo, esta sentença – e a jurisprudência que ela gerou – estabelece que quando um sueco ou descendente, ruivo, de olhos verdes, ostentando o melhor IDH do país, for agredido [99] exatamente por sua condição de “sueco”, estará sendo vítima de racismo, e para os autores do crime valem as regras legalmente previstas – a imprescritibilidade, por exemplo.¹³ Fico feliz

¹³ Como o caso julgado se refere a fatos acontecidos *antes* da vigência de leis que estabeleceram a imprescritibilidade para atos racistas (aqui, durante a Segunda Guerra), não há como não partir do

com isto. Como historiador, sempre defendi esta posição. Se este posicionamento for motivo para qualificar-me de “hiper besta reacionária neonazista”, assumo com muita tranquilidade o qualificativo. Se para o bem da sociedade o engenheiro de esgoto precisa tolerar o mau cheiro, não tenho problema em conviver com algo semelhante, em decorrência das pesquisas que realizei. Claro, além do episódio emocionante que narrei, tive alguns outros momentos, e trabalhei com outros objetos que não exalavam odores desagradáveis.

Apesar de que não reeditaria alguns de meus textos, não renego nenhum deles, assim como não renego nenhuma atitude tomada, nenhum ato praticado, na qualidade de historiador. Os três ou quatro erros factuais constantes em minhas publicações não comprometem o conteúdo – e os erros linguísticos e ortográficos que elas contêm correm por conta dos editores (nunca escrevi “não sabe-se” nem “há 50 anos atrás” – nestes casos, fui, lamentavelmente, “corrigido” pelos responsáveis pela edição de meus textos).

Referências:

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Campinas, 2007.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica – memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. (Ed.). *Memórias de um imigrante anarquista: Friedrich Kniestedt*. Porto Alegre: EST, 1989.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.

[100] GERTZ, René E. Estudos sobre imigração alemã: experiência pessoal. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. (Orgs.). *Migrantes ao sul do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010, p. 119-135.

GERTZ, René E. *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2012.

pressuposto de que elas se aplicam, muito mais, àquelas situações recentes em que ocorreram excessos no contexto de um *alegado* combate ao “neonazismo”, momento em que estas leis já estavam em vigor.

GERTZ, René E. Imigração, história, literatura: a Segunda Guerra Mundial no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 152, p. 97-113, 2017.

GERTZ, René E. A política de nacionalização do Estado Novo no Rio Grande do Sul revisitada. In: MURARI, Luciana et al. (Orgs.). *Do Estado à Nação: política e cultura nos regimes ditatoriais dos anos 1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p. 129-155.

GERTZ, René E. Olhares historiográficos externos sobre o Estado Novo. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado et al. (Orgs.). *Capítulos de história política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2018, p. 36-52.

GERTZ, René E. *A trajetória de um professor-colono*. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2020.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Rafael. *O espião que aprendeu a ler*. Porto Alegre: Libretos, 2019.

KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Pioneira, 1969.

KNIESTEDT, Friedrich. *Fuchsf Feuerwild: Erinnerungen eines anarchistischen Auswanderers nach Rio Grande do Sul – Memórias de Friedrich Kniestedt (1873-1947)*. Hamburgo: Verlag Barrikade, 2013.

MAYER, Leandro. *O retrato da repressão: as perseguições a alemães no oeste de Santa Catarina durante o Estado Novo (1937-1945)*. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2017.

MEINERZ, Marcos Eduardo. Operação Odessa: a fuga dos criminosos de guerra nazistas para a América Latina após a Segunda Guerra Mundial e os caçadores de nazistas. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina: UEL, v. 19, n. 1, p. 41-60, 2014.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1977.

TEIXEIRA, Sérgio Alves. *O recado das festas: representações e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1988.

TRINDADE, Hélió. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

